

Eleição Presidencial

Defender a democracia dos provocadores

ESTADO DE SÃO PAULO

12 NOV 1989

O sr. Luiz Inácio Lula da Silva está assumindo, no fim da campanha eleitoral, o clássico papel de agente provocador. Tanto tem consciência de que aquilo que fala pode contribuir para reforçar os que defendem o status quo a qualquer preço, que começa dizendo que não faz provocações! Seu discurso, proferido quinta-feira em Volta Redonda, é a prova de que enveredou conscientemente pelo caminho do confronto aberto com as Forças Armadas e o Poder Judiciário, e que está disposto a levar essa relação de hostilidade até o fim. No que não está só, diga-se de passagem. O bispo d. Waldir Calheiros, ao recomendar o voto católico, entre outros, no candidato do Partido Comunista (durante a mesma cerimônia), deve ter perturbado o sono tranqüilo dos papas Leão XIII, Pio XI e Pio XII — pelo menos esses.

O candidato do PT não se preocupou em saber se o presidente da República, chame-se José Sarney ou Lula, pode reabrir processos. Sua atenção estava, como está, concentrada em não apenas angariar votos, mas também despertar hostili-

dade contra as instituições. Ao proclamar, com voz enrouquecida, que "o juiz que autorizou o Exército a intervir na empresa (CSN), o general que comandou (as tropas) e duplamente a CSN têm de responder" pela morte dos três operários, caídos durante o conflito para desocupar a usina, definiu os termos do confronto.

Ao candidato, carbonário, pouco importa que o juiz tenha atendido a um pedido da diretoria da Companhia Siderúrgica Nacional para que o próprio da empresa fosse desocupado e restituído a quem de direito; pouco se lhe dá que as determinações vigentes, legais, incumbam o Exército dessa missão, e que a tropa só se deslocou com autorização do ministro do Exército que poupa; pouco se lhe dá que de fato tenha havido no interior da empresa um conflito entre duas partes, da qual, felizmente, só decorreram três mortes. Em outras palavras, a ele pouco importa que todos os que denuncia, neste triste episódio, tenham agido dentro da lei. Aqui não se trata de invocar esta triste figura da "obediência devida", mas sim o fato de que

houve provocação ao Exército dentro da usina e que, *não preparada para esse tipo de missão*, a tropa reagiu como podia, com as armas que tinha. O que importa, para Lula, é tocar em pontos sensíveis daquilo que um social-democrata alemão chamava de "fator real de poder".

O discurso do candidato foi francamente contra as Forças Armadas — e sem necessidade. Nisso consiste o ato provocatório. O candidato do PT não foi ao monumento aos mortos para render homenagem aos trabalhadores; foi comunicar ao Exército que irá mandar abrir inquérito contra o atual chefe do Estado-Maior do comando Militar do Sudeste (antigo I Exército), e para dizer, aos que ali estavam para ouvi-lo arengar a massa, que as Forças Armadas nunca mais poderão se colocar contra os trabalhadores. Depois de tudo disso, concluiu, triunfante, dizendo que as Forças Armadas terão seu papel limitado ao que prevê a Constituição. Ora, que se lê nela? Que as Forças Armadas se destinam a garantir a lei e a ordem, internamente, por iniciativa de um dos Poderes da Repú-

blica. O juiz pertence ao Poder Judiciário e tomou a iniciativa de convocá-las; a determinação do Poder Judiciário foi cumprida (embora se pudesse discutir se o juiz singular fala em nome do Poder) — por que então toda essa pregação contra as Forças Armadas? Para fazer provocação e nada mais.

A situação eleitoral tenderá a ficar mais tensa à medida que nos aproximarmos de quarta-feira, 15 de novembro. O próprio fato das eleições contribuirá para isso. Não é necessário, assim, que um dos candidatos conturbe mais o ambiente. Se ele, Luiz Inácio Lula da Silva, não tem consciência dessa verdade elementar, haverá alguém no PT que tenha consciência de que o processo democrático não pode ser perturbado por provocações desse tipo, nas quais se vêem esmerando, ora um, ora outro, num momento ou noutra, os srs. Luiz Inácio Lula da Silva e Jair Meneguelli. A democracia não pode ficar à mercê de agentes provocadores, especialmente quando são candidatos à Presidência da República, ou podem paralisar as estatais e ocupar ministérios.